CAE do Senado opõe PSDB e PMDB

Na Câmara, definição das presidências de comissões fica para depois do carnaval

GAZETA MERCANTIL 22 FEV 2001

Anamaria Rossi e Francisco Câmpera
de Brasília

Os efeitos do tumultuado processo eleitoral no Congresso continuam alimentando focos de tensão entre partidos da base de sustentação do governo. PMDB e PSDB disputam a mais poderosa comissão permanente do Senado, a de Assuntos Econômicos (CAE). O PMDB, que elegeu ontem como líder o senador Renan Calheiros (AL), nega que tenha feito acordo com o PSDB pela entrega da presidência da CAE aos tucanos em troca do apoio a Jader Barbalho (PMDB-PA) na eleição para a presidência do Senado e à composição da Mesa.

O líder dos tucanos, senador Sérgio Machado (CE), disse que fechou acordo com PMDB para indicar o dirigente da CAE. O partido já tem até um nome de consenso: Lúcio Alcântara (CE). Porém, Jader e Renan afirmam que não houve acordo. Mesmo com a indefinição, Calheiros admite que a prioridade da escolha será negociada na reunião dos novos líderes.

O impasse entre os dois partidos foi deflagrado pela indicação de Lúcio Alcântara pelo PSDB. Como o senador se aliou a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contra a candidatura de Jader à presidência do Senado, os peemedebistas não querem vê-lo na comissão mais importante.

A indicação de Alcântara foi a forma encontrada pelos tucanos para acalmar os ânimos de Tasso Jereissati. O governador do Ceará, que durante um período manteve-se ao lado de Antonio Carlos nas eleições no Congresso, ficou irritado com a posição de seu partido ao reconduzir seu opositor no estado, o senador Sérgio Machado, à liderança do PSDB no Senado. Tasso reagiu também à indicação inicial, pelo PSDB, de dois senadores ligados ao ministro da Saúde, José Serra, para a presidência da CAE — Romero Jucá (RR) e Pedro Piva (SP).

A tensão chegou ao jantar que o governador teve com o presidente Fernando Henrique Cardoso, segunda-feira, no Palácio da Alvorada. Na terça, o partido se reuniu e indicou Alcântara para a CAE.

A definição dos dirigentes das outras seis comissões da Casa está condicionada à escolha para a CAE. O PMDB tem a prioridade da indicação. O PFL — segundo da fila — vai optar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), indicando para o senador Bernardo Cabral (AM) à presidência.

Lúcio Alcântara

Antonio Carlos Magalhães reivindicou a CCJ e, depois, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), também pedida pelo bloco de oposição. Mas o PFL pode abrir mão da CFC e escolher a Comissão de Educação, que entre outras coisas delibera sobre concessões de rádio e televisão. Não deverá ser ACM o indicado.

A comissão de fiscalização pode ficar nas mãos do PMDB ou da de oposição. Se os peemedebistas optarem pela CFC, a oposição pode ficar com a de Infra-estrutura, que já é presidida por eles, ou a de Assuntos Sociais.

Na Câmara, como no Senado, a definição sobre as comissões ficou para quando o carnaval passar. Esta semana os partidos se debruçaram sobre a escolha de seus líderes, com exceção do PFL, que deixou para 8 de março.

O deputado Geddel Vieira Lima (BA) foi reconduzido ontem à liderança do PMDB na Câmara, em eleição que venceu por 62 votos contra 20 dados à deputada Rita Camata (ES). Geddel, mesmo sob suspeita de ter articulado a compra de filiações de quatro deputados do PFL da Bahia ao seu partido, contou com o apoio do governo para manter-se na liderança. E com um discurso decisivo do ex-presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), em favor da unidade do partido.

Nem mesmo o senador Gerson Camata (PMDB-ES), marido de Rita Camata, foi poupado da pressão do grupo majoritário no PMDB, ligado a Jader Barbalho. Ao senador foi sugerido que convencesse sua mulher a desistir da candidatura. Se ele tentou, não conseguiu. Foi Rita quem teve sucesso em um de seus objetivos — forçar o PMDB a eleger democraticamente o líder, até então indicado pela cúpula do partido.

"Quero me manter no cargo porque gosto de ser líder, porque gosto de vocês", discursou Geddel, em tom inflamado e volume que atravessou as portas fechadas do auditório do Anexo 4 da Câmara. Ao final, celebrou a vitória disparando contra seu mais famoso inimigo, Antonio Carlos Magalhães. Respondendo a uma pergunta sobre a última fita de vídeo contendo denúncias contra ele, distribuída ontem pelos assessores de Antonio Carlos, Geddel foi ríspido: "Isso vem de uma figura caquética e senil, que já deixei de levar a sério há muito tempo. ACM é um caso de saúde pública."

Com a eleição de Geddel, três dos quatro maiores partidos na Câmara passam a ter líderes baianos. Todos opositores de ACM. Dois deles são da base governista e tiveram suas eleições articuladas com a ajuda do governo. O ministro José Serra e o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), trabalharam pela eleição do deputado Jutahy Júnior como líder do PSDB na Câmara. Aécio foi quem convenceu o outro candidato, Narcio Rodrigues (MG), a desistir para que Jutahy fosse aclamado. Dias antes, o baiano já havia assumido publicamente funções de defensor do governo diante dos ataques de Antonio Carlos.

O terceiro baiano é da oposição, ao governo e a Antonio Carlos. Walter Pinheiro, líder do PT, não tem dúvidas de que para o Planalto o "reinado baiano anti-ACM" é bom negócio. "O governo fez uma opção a favor de Geddel e Jutahy para demarcar a situação com uma demonstração de força."

Pinheiro saboreia os resultados das escolhas do PMDB e do PSDB prevendo uma mudança na correlação de forças entre os baianos: "No momento em que um grupo importante descende, outro grupo importante ascende. Isso é bom para a Bahia, que vive em estado de sítio porque tem os veículos de comunicação controlados pelo grupo de Antonio Carlos."

Na avaliação do deputado pefelista Pauderney Avelino (AM), a possibilidade de uma frente anti-ACM na Câmara não preocupa o seu partido. "Isso é um problema dos baianos, não do PFL", diz. "Tanto que o primeiro ato de Jutahy depois de eleito líder do PSDB foi procurar a executiva do PFL e dizer que gostaria de reaproximar os dois partidos na Câmara."

O líder do PFL será o último a ser escolhido, dia 8 de março. Pauderney afirma ter desistido da candidatura em favor da aclamação da recondução de Inocêncio Oliveira (PE). Também têm interesse na disputa pela liderança os deputados Heráclito Fortes (PI), Roberto Brant (MG) e José Carlos Aleluia (BA), este último um fiel seguidor de Antonio Carlos Magalhães.